

A Legislação Educacional Brasileira e o Racismo Estrutural: Uma Análise em Perspectiva Histórica e Documental

*Brazilian Educational Legislation and Structural Racism:
An Analysis in Historical and Documentary Perspective*

Alessandro Santos da Rocha¹

Joederson dos Santos Camargo²

Italo Ariel Zanelato³

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir as relações entre educação e questões étnico-raciais, tendo por foco o que tem se denominado de Educação Antirracista. A pesquisa se pauta numa abordagem qualitativa e faz uso do método de pesquisa bibliográfica e documental, confrontando a literatura pertinente com os documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O referencial teórico utilizado é o materialismo histórico-dialético, o qual permite identificar as o contraste entre as classes e que determinam os modos de segregação decorrentes das relações presentes na sociedade. Como resultados, verificam-se as contradições históricas que têm sido alteradas por políticas afirmativas de valorização da cultura negra. Mas, ainda, persistem desigualdades estruturais que restringem as oportunidades e mantém a perpetuação do racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, Educação, Educação Antirracista, História da Educação.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the relationships between education and ethnic-racial issues, focusing on what has been termed Antiracist Education. The research is based on a qualitative approach and uses bibliographic and documentary research methods, comparing relevant literature with documents prepared by the Ministry of Education (MEC), such as the National Common Curricular Base (BNCC). The theoretical framework used is historical-dialectical materialism, which allows for the identification of class contrasts that determine modes

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Professor Associado do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (DFE/UEM). ORCID Link: <https://orcid.org/0000-0002-2664-5224>. E-mail: asrocha2@uem.br

² Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte (CRC/UEM). E-mail: joederson.camargo@gmail.com

³ Mestre em Educação e doutorando pelo Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). ORCID Link: <https://orcid.org/0000-0003-2072-8405>. E-mail: iazanelato2@uem.br

Revista Interdisciplinar

of segregation arising from societal relations. The results reveal historical contradictions that have been altered by affirmative policies valuing black culture. However, structural inequalities persist, restricting opportunities and perpetuating racism.

KEYWORDS: Racism, Education, Antiracist Education, History of Education.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a maioria da população é formada por negros e pardos, representando cerca de 56%, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). No entanto, apesar dessa porcentagem, episódios de racismo ocorrem de forma contínua, demonstrando a urgência de abordagens que foquem na problemática do racismo estrutural e suas múltiplas manifestações. Realidade essa que ressalta a urgência de abordar nas escolas a problemática do racismo estrutural e suas múltiplas manifestações.

É importante destacar que o racismo perpassou o período escravista, iniciado em meados do século XVI, e perdurou até o final do século XIX. Destaca-se que nos anos finais do Brasil Império, o processo de abolição da escravatura foi caracterizado por sua lentidão, gradualidade e atraso em relação a outros países latino-americanos, sendo o último a abolir completamente a escravidão. Após a abolição da escravidão, em 1888, o povo negro continuou submetido a uma posição marginalizada na sociedade brasileira. Fazendo com que o racismo se manifestasse e se estruturasse em diferentes aspectos, levando-os à exclusão social, segregação espacial, negação de direitos, discriminação no mercado de trabalho e acesso limitado à saúde e educação.

Ao abordar a história da escravidão no Brasil é necessário analisar todo o histórico do período, e esteja pautado numa educação formal, a partir da abordagem antirracista que transcenda a mera celebração de datas como o Dia da Consciência Negra. Em tais termos, a educação deve capacitar os profissionais para acolher crianças negras em um contexto histórico afetado pelo racismo, cuja influência molda sua formação desde a infância até a vida adulta.

Nesse sentido, a presente pesquisa compreende que os fenômenos sociais não respondem a si mesmos em sua base, eles são resultados dos processos sociais, da luta de classes, da sociedade, da educação e dos homens, materialmente, que produzem e interferem na sociedade. Utilizando como referencial teórico o materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels,

Revista Interdisciplinar

buscaremos entender a relação social, histórica e cultural das sociedades. A partir dessa perspectiva analítica, podemos aplicá-la para compreender a história do povo negro no Brasil e a estruturação do racismo ao longo do tempo.

Como metodologia de pesquisa, este artigo se pautou em abordagem qualitativa e baseia-se em fontes bibliográficas e documentais. Seu objetivo é explicitar o racismo, bem como, as normas e as diretrizes relacionadas à questão racial. Para explorar a importância da implementação de um currículo crítico baseado na interculturalidade para uma educação antirracista eficaz. Destacando a importância da formação inicial e contínua de professores, incluindo conscientização sobre questões raciais e preparação para lidar adequadamente com elas em sala de aula.

Nosso referencial compreende a história como um processo em constante transformação, impulsionada pelas contradições e conflitos presentes nas relações sociais, produzidas pelos próprios homens. A análise materialista examina as condições materiais de existência, como as relações de produção, a organização econômica e as formas de propriedade, para compreender as estruturas sociais e a luta de classes. E ao aplicar essa abordagem à história do povo negro no Brasil, é fundamental considerar a escravidão como um elemento central, pois o sistema escravista brasileiro foi baseado na exploração econômica e na dominação racial, como “[...] fruto de um processo de desumanização, devido a uma distorção histórica na qual se instaura a situação-opressora estabelecida pela violência de quem oprime” (Francisco Jr., 2007, p. 10), que estabeleceu uma estrutura de desigualdade e opressão ao longo dos séculos.

Sob a perspectiva dos estudos de Marx e Engels compreendemos como a escravidão foi fundamental para a acumulação de capital para a burguesia e para a formação da sociedade brasileira dividida classes sociais. Pois, fornecia exploração gratuita da mão de obra escrava, permitindo o desenvolvimento do sistema produtivo e o enriquecimento da classe dominante, composta principalmente por brancos.

Podemos compreender também as contradições presentes na sociedade brasileira em relação ao racismo. Por um lado, houve avanços significativos no reconhecimento dos direitos dos afro-brasileiros, mas por vezes ineficazes, como as leis que regulamentam o ensino da cultura nas escolas, implementação de políticas afirmativas e a valorização da cultura negra.

A resistência e a falta de vontade política para mudanças significativas no sistema educacional são obstáculos à implementação da educação antirracista. O racismo estrutural e

Revista Interdisciplinar

institucional dificulta a adoção de práticas efetivas, enquanto professores despreparados, e condições sociais precárias limitam a educação de alunos negros. A análise materialista destaca que o racismo é uma questão estrutural enraizada nas relações de poder e na história da sociedade brasileira.

Cabe ressaltar, ainda, que esse artigo tem o propósito de refletir sobre a questão do racismo na educação formal, especificamente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, oferecendo diretrizes e medidas concretas para promover uma educação mais inclusiva, antirracista e intercultural. Com o intuito de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial, tenham acesso à educação de qualidade e livre de discriminação.

2 OS DESDOBRAMENTOS DO RACISMO A PARTIR DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

O debate acerca das origens do racismo é um tema complexo e multifacetado e não pode ser atribuído a um único evento ou período histórico, mas envolve tanto a parte histórica, cultural, social, sociológica e política ao que diz respeito à questão racial. Embora o racismo tenha se manifestado de maneira mais evidente e sistêmica durante o período da escravidão no Brasil (1500-1888), suas raízes se estendem mesmo antes desse período e continuaram a se manifestar muito além do fim oficial da escravidão, alcançando o tempo presente.

Neste debate, destacam-se estudiosos e correntes que entendem que o racismo surgiu com o desenvolvimento do capitalismo. O estadunidense Cedric Robinson, em *“Black Marxism: the making of the black radical tradition”*, afirma:

O racismo insinuou-se não só nas estruturas sociais, formas de propriedade e modos de produção medievais, feudais e capitalistas, mas também como os valores e tradições através dos quais os povos dessas eras compreenderam os seus mundos e suas experiências (Robinson, 2000, p. 66).

Para além, o racismo é uma ideologia que nasceu a serviço da exploração e da opressão, e posteriormente, passou a ser demonstrado nas justificativas da escravidão moderna, tornando-se,

Revista Interdisciplinar

inclusive, aceitável por parte da sociedade que se beneficiava com o escravagismo. Tão logo, o racismo pode ser compreendido como,

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 22).

Com o advento iluminista, surgiu a diferença entre civilizado e selvagem/primitivo, tendo a ideia de que a civilização era algo indispensável a todo indivíduo. A partir dessa concepção, tem-se o colonialismo, que gerou destruição e morte em nome da razão (Almeida, 2019). Por isso, antes da chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, já existia preconceito e discriminação, baseados em características étnicas e raciais na Europa e em outras partes do mundo. A ideia de superioridade racial não era exclusiva do contexto brasileiro.

Desde o século XVI, expressões estereotipadas foram empregadas pelo colonizador europeu interessado em segregar esses grupos. Apesar de viver no século do humanismo e das descobertas de outros mundos, para além da velha Europa e da Ásia, esse homem não soube conviver com aquele que era diferente; não soube entender o outro, o desconhecido, visto ora como infiel, ora como exótico (Carneiro, 1996, p. 9).

Os portugueses se consideravam superiores e exerciam controle sobre grupos étnicos diferentes, como os nativos brasileiros, que foram ludibriados, escravizados e tiveram sua cultura desvalorizada. A formação da identidade nacional e étnica começou há cerca de cinco séculos, com africanos sendo sequestrados e escravizados no Brasil e em outras nações das Américas.

Ao longo dos séculos XVI a XVIII, com a expansão da manufatura e o surgimento da indústria na Europa, mesmo época em que, “[...] nas colônias do Novo Mundo, criaram-se e expandiram-se as plantações, os engenhos e as encomendas. O trabalho escravo era a base da produção e da organização social nas plantações e nos engenhos” (Ianni, 1988, p. 15).

Para que o trabalho de exploração nas plantações, minerações, lavouras, serviços domésticos, entre outros fossem realizados, foi necessário a utilização da mão de obra de negros africanos, que eram capturados e ridicularizados por causa do aspecto físico ou por seus costumes, de forma que os brancos alegavam que todos de pele escura possuíam sangue impuro. Os escravizados eram submetidos a péssimas condições de trabalho, eram considerados como objeto, para produzir e gerar lucro (Silva, Amaury; Silva, Artur, 2012).

É de suma importância destacar que comerciantes de outros países se beneficiavam com o tráfico de escravos, pois ganhavam vultosos capitais com a exportação deles, sendo que “em conjunto, essas relações econômicas internacionais aceleraram a acumulação de capital na Inglaterra, devido à posição privilegiada que esse país passou a ocupar no mercantilismo e, em seguida, no capitalismo industrial nascente (Ianni, 1988, p. 26).

Quando chegavam ao Brasil, parte dos negros eram forçados a servir os chamados Senhores de Engenho, que são entendidos como senhores de terras e de escravos, eles os maltratavam e os castigavam, sendo que os modos mais utilizados eram mutilação, açoite, retalhamento de fundilhos com faca, cauterização das fendas com cera quente, chicote, palmatória, entre outras atrocidades.

O Brasil foi o principal destinatário do comércio internacional de escravizados africanos entre os séculos XVI e XIX, foi também o último país das Américas a abolir o regime escravocrata, em 1888. Estima-se que 4,2 milhões de africanos, entre homens, mulheres, e crianças chegaram em terras brasileiras, violentamente forçados a sair da África e cruzar o Oceano Atlântico em condições precárias, para serem escravizados no Brasil. A título de ilustração, até 1800, o país recebeu 2,5 milhões de africanos/as, enquanto para toda a América espanhola, no mesmo período, foram menos de 1 milhão. Por volta de 1872, de todos os escravizados vivendo no país, mais de 90% haviam nascido no Brasil. Em 1890, dois anos após a abolição do regime escravocrata, a população negra representava quase 50% da população brasileira (Andrews, 2004).

A exploração dos africanos durou mais de 300 anos e só terminou oficialmente com a Lei Áurea em 1888. No entanto, essa abolição não foi motivada por benevolência e não cessaram os abusos contra os libertos. Foi resultado de pressões de abolicionistas e das lutas dos escravos, libertos e não libertos. Apesar disso, a vida dos negros brasileiros não mudou muito após a abolição, com direitos negados e perseguições frequentes. A abolição também não foi bem recebida pelos senhores de escravos, que receberam indenizações pelo fim do lucro gerado pela escravidão.

Mesmo com a abolição os negros

[...] continuaram presos ao preconceito social da época, ante a ausência de políticas públicas pós-abolição, pois não se criaram leis nem projetos sociais visando sua inclusão na sociedade, na qual foram lançados desprovidos de dinheiro, sem condições de se estabelecer, tendo que trabalhar por míseras compensações pecuniárias, incapazes de suprir suas necessidades, em total desigualdade com os brancos, permanecendo marginalizados, vistos como seres inferiores, longe de ocuparem as mesmas posições sociais que os brancos, acarretando-lhes uma inferioridade econômica com reflexos até os dias de hoje (Silva, A.; Silva, A. C., 2012, p. 24).

Revista Interdisciplinar

Nesse contexto, pós-abolição, não foi implementada nenhuma estratégia para lidar com o legado da escravidão. Assim, o fim da escravidão formal não extinguiu a condição subalterna imposta aqueles que, outrora, foram escravizados. Ao contrário, o que se viu foi a perpetuação do preconceito e a escassez de oportunidades e tratamentos igualitários.

É importante salientar que o preconceito também está oculto sob o mito da democracia racial, que não revela as diferenças entre os diversos grupos étnicos que compõem o Brasil. Se por um lado se defende uma igualdade entre os povos, com o objetivo de criar um discurso de harmonia, que decorre da "mistura de raças"; por outro, se construiu uma supremacia branca sustentada numa perspectiva meritocrática, onde se ignora toda a história dos negros no Brasil e se impõe uma imagem de que os diferentes grupos têm igualdade de acesso aos diversos meios de produção de vida (Farias; Lins; Brião, 2021).

Até mesmo a educação, como um direito a todos, foi negada por longos anos. Logo, é possível afirmar que o racismo e suas decorrências, continuaram - e continuam - existindo, desvelando-se em meios desumanos, cheios de estereótipos negativos, gerando uma condição discriminatória a população negra.

2.1 ENTRE CORRENTES E CONCEITOS: A ESCRAVIDÃO ASSENTADA NO PARADIGMA DA DOMINAÇÃO

A complexa interação entre a instauração da escravidão e o conceito de dominação constituiu um capítulo fundamental e trágico na história humana, marcado por relações intrincadas de poder que transcenderam os limites físicos, para influenciar aspectos sociais, econômicos e culturais. A escravidão, entendida como a privação extrema da liberdade individual, foi mais do que a mera sujeição física; incorporou um sistema de dominação que moldou não apenas a vida dos indivíduos envolvidos, bem como a estrutura de sociedades inteiras.

Nesse contexto, a dominação manifestou-se não apenas por meio de punições físicas severas, mas também pela supressão da autonomia intelectual e pela imposição de narrativas que perpetuavam a inferioridade do grupo subjugado.

Para compreender a escravidão sob a perspectiva da dominação, é importante analisarmos as complexas estruturas sociais e econômicas que estão presentes nas relações sociais e propiciam

Revista Interdisciplinar

o surgimento deste tipo de fenômeno dentro do modelo de produção de capitalista. Na obra “*A Ideologia Alemã*”, publicada por Marx e Engels, em 1846, os autores elaboraram a principal crítica teórica às ideologias que mascaram a dominação de uma classe sobre outra. Marx e Engels abordam a noção de dominação em um contexto abrangente, relacionando-a a diversos construtos históricos desenvolvidos ao longo dos anos, como ideologia, propriedade privada, modos de produção e também forças produtivas. Eles estabeleceram conexões entre esses elementos, promovendo uma análise da realidade concreta e material. Como resultado, Marx buscava superar as desigualdades e explorações presentes nesse contexto.

Sobre a dominação, Marx e Engels argumentam que,

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante (Marx; Engels, 1997, p. 55-56).

Marx destaca a relação intrínseca entre a dominação material e espiritual em uma sociedade, argumentando que, ao longo da história, os pensamentos da classe dominante prevalecem como pensamentos dominantes na sociedade. Essa dominação não se restringe apenas aos meios de produção materiais, mas se estende aos meios de produção intelectual. Os autores enfatizam que a classe que detém o controle dos recursos materiais também controla a produção e disseminação de ideias. Isso implica que o pensamento das classes subalternas, desprovidas dos meios de produção intelectual, está submetido aos interesses e perspectivas da classe dominante. Essa análise ressalta a interconexão entre estruturas econômicas e ideológicas, destacando a importância da luta de classes na compreensão da dinâmica social.

Por isso é comum que o racismo se manifeste através de uma aversão a indivíduos de raça distinta, evocando sentimentos de separação, distância e repulsa. Em situações extremas, essa discriminação pode justificar a segregação, chegando até mesmo ao extermínio físico daqueles que apresentam características fenotípicas distintas.

Na clássica narrativa, da chegada de Cristóvão Colombo à Ilha de Santo Domingo, em 1492, durante sua expedição à Índia, é possível observar que se estabeleceu-se um comércio altamente lucrativo de pessoas negras, configurando assim a escravidão capitalista moderna



Revista Interdisciplinar

(Guimarães, 2020). Nesse cenário, a partir da lógica do capital, os europeus promoveram o extermínio de povos nativos, a escravização de africanos, a exploração de recursos naturais, como animais, minerais e vegetais, e o deslocamento forçado de populações asiáticas, chineses e indianas.

Na fase inicial da conquista, a diferenciação entre os povos começava com critérios religiosos, distinguindo entre cristãos e pagãos. Essa distinção logo evoluiu para características físicas, onde a cor da pele, dos olhos e o tipo de cabelo tornaram-se as notáveis demarcações, delineando uma divisão entre conquistadores e conquistados, sendo os brancos enquadrados nos primeiros e os não-brancos nos segundos. O processo transitou rapidamente de conquistados para “escravizáveis” e, por fim, escravizados. A famosa controvérsia de Valladolid em 1550, entre o historiador eclesiástico Juan Ginés de Sepúlveda e o frei Bartolomé de Las Casas, questionava a verdadeira humanidade dessas populações (Guimarães, 2020).

A concepção inicial da ideia de raça é uma concepção moderna. Essa perspectiva começou a surgir no final do século XVII, consolidando-se no século seguinte com critérios classificatórios e hierárquicos desenvolvidos por cientistas naturalistas. Os critérios refletiam uma estrutura religiosa e ideológica que reforçava a visão teológica da existência de uma linha evolutiva da humanidade, partindo do ser mais primitivo, o africano, até o ser superior, o europeu.

No final do século XVIII, a ideia de raça solidificou-se como uma explicação biológica para as diferenças culturais, entendendo estas como resultantes daquelas. Estabeleceu-se uma conexão entre raça, território e costumes, com cada continente correspondendo a uma raça, naturalmente considerada desigual em estágios de desenvolvimento econômico, cultural e político.

Já no século XIX, as concepções de desigualdade entre as raças e o determinismo racial assumiram uma posição hegemônica e se disseminaram popularmente. Sob a influência do darwinismo social, ancorado na perspectiva biológica, o pensamento não se limita apenas a considerar certas raças como inferiores, mas as classifica como aquelas que não poderiam ser civilizadas.

As teorias raciais do século XIX formularam argumentos supostamente científicos para excluir negros, mestiços e outros racializados que não se enquadravam nos padrões considerados "superiores" para promover um suposto aperfeiçoamento da sociedade, em conformidade com ideias eugenistas e de dominação. No século XX, esses preceitos foram levados ao extremo por meio de ações como esterilização, segregação e, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial,



Revista Interdisciplinar

eliminação em nome da suposta pureza racial. No Brasil, quase quatro séculos de escravidão e, após o seu término, o fortalecimento de teorias que depreciavam a população por sua mestiçagem criaram condições históricas desfavoráveis a um processo direcionado de inclusão. Atualmente, a sociedade brasileira está engajada na discussão sobre reparações históricas, um debate que se estende não apenas ao campo econômico, mas também ao ético, e que se configura como um processo de longo prazo.

3 A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A ESCOLA: A TEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A escola desempenha papel significativo na vida de muitas pessoas, moldando os valores políticos e sociais almejados. Desde a infância, é garantido o direito à educação e estabelecido o dever de frequentar a escola, na qual os indivíduos passam grande parte do seu tempo socializando-se, assimilando conceitos, ideologias e conhecimentos. Entretanto, entendemos que a escola, enquanto instituição, não pode ser considerada a única responsável por todos os problemas sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicada no Parecer CNE n.º 3, de 10 de março de 2024, informa que as referidas diretrizes tem por objetivo o reconhecimento e “[...]as reparações à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória” (BRASIL, 2004, p. 4).

O Ensino Fundamental - Anos Iniciais, compreendidos entre o 1º ao 5º ano, e dos seis aos onze anos de idade da criança, representa uma importante etapa na educação das crianças. Este período é marcado pela apreensão dos valores, padrões e regras sociais, e sua atividade de desenvolvimento é marcada por uma capacidade de abstração cada vez maior, a qual denomina-se de atividade de estudo (Davidóv, 1988).

As instituições educacionais e os professores, repassam modelos que foram estabelecidos no currículo, dando destaque à história e cultura europeias. Isso resulta em prejuízos para a promoção de um ensino que trabalhe a diversidade étnico-racial, bem como para o respeito e a valorização de outras comunidades e culturas.

Revista Interdisciplinar

Integrada a essa abordagem europeizada da educação, encontra-se a "cultura branca" que centraliza e institucionaliza noções de certo e errado, do bem e do mal, resultando na rejeição do "outro" devido às suas diferenças, sejam elas históricas, culturais ou religiosas. Dessa forma, a escola, que deveria ser um ambiente de ensino transformador, acaba por se tornar um espaço que institucionaliza preconceitos, discriminação e racismo.

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas (Ribeiro, 2019, p. 9).

Neste contexto, torna-se notória a urgência de uma educação com práticas pedagógicas que capacitam os professores a implementarem uma abordagem antirracista, pautada na valorização e no respeito. Os profissionais de ensino não são neutros, pois carregam consigo suas próprias percepções e ideologias. Práticas pedagógicas, especialmente aquelas que incorporam métodos que exploram a história e a cultura afro-brasileira, têm o potencial de romper com o silenciamento e a desvalorização das temáticas étnico-raciais.

De acordo com Djamila Taís Ribeiro dos Santos, educação antirracista é aquela que tem como objetivo principal desconstruir a lógica de opressão e exclusão que permeia a sociedade, especialmente no que se refere às relações raciais.

O racismo é uma problemática branca, provoca Grada Kilomba. Até serem homogeneizados pelo processo colonial, os povos negros existiam como etnias, culturas e idiomas diversos — isso até serem tratados como “o negro”. Tal categoria foi criada em um processo de discriminação, que visava ao tratamento de seres humanos como mercadoria. Portanto, o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (Ribeiro, 2019, p. 35-36).

Isso implica em uma educação que valorize a diversidade, promova o respeito e a igualdade entre as pessoas, e que esteja comprometida em desnaturalizar e deslegitimar o racismo em todas as suas formas, bem como outras formas de discriminação. Uma educação antirracista

Revista Interdisciplinar

deve ainda incentivar a reflexão crítica e a ação transformadora, a partir da compreensão de que todos são sujeitos de direitos e merecedores de respeito e dignidade.

É importante abordar cuidadosamente as diversidades étnico-raciais, uma vez que esses temas são parte integrante do cotidiano, sendo de grande relevância o surgimento da educação étnico-racial a partir da Lei nº 10.639 de 2003, que inclui no currículo a "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa legislação torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todo o currículo de ensino, promovendo assim uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei n.º 9.394/1996, que passou a contar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 1996).

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 não ocorreu por acaso, ela é resultado das reivindicações e resistências do movimento negro, na busca pelo direito à educação, seja através do combate ao analfabetismo, do estímulo à educação de pessoas negras, ou da criação de aulas e cursos em diversos formatos. Manifestações de diversas lutas que ecoam por séculos, estendendo-se por mais de 300 anos e se mantendo presentes atualmente por meio de grupos, movimentos e associações do movimento negro.

Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre presente na agenda desses movimentos, embora concebida com significados diferentes: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (Gonçalves, 2000, p. 337).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) define as habilidades a serem desenvolvidas, no entanto, desvaloriza tal conquista ao atribuir a responsabilidade por sua efetivação às escolas. O que significa que a concretização dessas habilidades depende do

Revista Interdisciplinar

comprometimento da instituição, dos professores e das demandas sociais em relação à importância da luta contra o racismo.

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Brasil, 2018, p. 17).

Ao analisar a BNCC do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, observa-se que a Educação para as Relações Étnico-Raciais é abordada no documento como estudos Afro-brasileiros. No entanto, essa temática está presente apenas nos Objetos de Conhecimento dos componentes de Geografia e Ensino Religioso. Ao examinar as habilidades desenvolvidas em cada componente curricular, nota-se que o tema foi negligenciado, não apresentando atividades que permitam ao educando realizar reflexões relacionadas às práticas antirracistas. Além disso, os conteúdos contemplados no documento já fazem parte integral de cada componente, sem incorporar nenhum conhecimento ou prática que efetivamente contribua para promover uma educação antirracista, a exemplo do que se observa na Figura 1, ao abordar o conteúdo para Geografia e a Figura 2, voltada para o Ensino Religioso.

Figura 1 – Geografia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

afro 9/20

GEOGRAFIA – 4º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo	Território e diversidade cultural	(EF04GE01) Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira.
	Processos migratórios no Brasil	(EF04GE02) Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.
	Instâncias do poder público e canais de participação social	(EF04GE03) Distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.
Conexões e escalas	Relação campo e cidade	(EF04GE04) Reconhecer especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade, considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas.
	Unidades político-administrativas do Brasil	(EF04GE05) Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência.
	Territórios étnico-culturais	(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios.
Mundo do trabalho	Trabalho no campo e na cidade	(EF04GE07) Comparar as características do trabalho no campo e na cidade.
	Produção, circulação e consumo	(EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos.
Formas de representação e pensamento espacial	Sistema de orientação	(EF04GE09) Utilizar as direções cardiais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.
	Elementos constitutivos dos mapas	(EF04GE10) Comparar tipos variados de mapas, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Conservação e degradação da natureza	(EF04GE11) Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.

Fonte: (Brasil, 2018, p. 372-373)

Figura 2 – Ensino Religioso no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

afro 16/20

ENSINO RELIGIOSO – 5º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Narrativas religiosas	(EF05ER01) Identificar e respeitar acontecimentos sagrados de diferentes culturas e tradições religiosas como recurso para preservar a memória.
	Mitos nas tradições religiosas	(EF05ER02) Identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas. (EF05ER03) Reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte).
	Ancestralidade e tradição oral	(EF05ER04) Reconhecer a importância da tradição oral para preservar memórias e acontecimentos religiosos. (EF05ER05) Identificar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras. (EF05ER06) Identificar o papel dos sábios e anciãos na comunicação e preservação da tradição oral. (EF05ER07) Reconhecer, em textos orais, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.

Fonte: (Brasil, 2018, p. 446-447)

Revista Interdisciplinar

Neste sentido, não se efetiva a aplicação dos discursos sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais, uma vez que o documento reforça a ideia de que os conhecimentos provenientes dos componentes curriculares já incorporam, em sua essência, estudos sobre a África, povos indígenas e afro-brasileiros. No entanto, é importante ressaltar a necessidade de propostas no documento normativo que abranjam uma formação antirracista. Não relegando os conteúdos à transversalidade e à integração entre os componentes curriculares. Cabe aos estados e municípios implementarem essa proposta, que, muitas vezes, é contemplada com projetos desenvolvidos no mês de novembro, apenas em alusão ao Dia da Consciência Negra, mas que não aborda a proposta de forma contínua ao longo do ano letivo.

A Lei n.º 10.639/2003, inserida no cenário do século XXI, surge como um instrumento para combater o preconceito, o racismo e a discriminação. Ela estabelece de maneira obrigatória que as culturas africanas e afro-brasileiras sejam estudadas em todos os níveis educacionais, visando promover a valorização e apreciação dessas histórias e culturas que foram amplamente perseguidas e negadas, mas que, inegavelmente, desempenham um papel fundamental na construção política, social, geográfica e econômica do Brasil. No entanto, é crucial questionar como essa política de estudos, respaldada pela lei, está sendo efetivamente implementada nas escolas. Isso porque, mesmo nos dias atuais, são frequentes os casos de racismo, tanto explícitos quanto velados.

As ações preconceituosas e discriminatórias muitas vezes nem são percebidas por nós, o racismo foi estruturado em nossa sociedade de maneira sutil, o que podemos fazer para romper com a sua perpetuação é combatê-lo, inserindo no cotidiano escolar práticas pedagógicas antirracistas, sendo a aplicação da Lei nº 10.639/03 uma poderosa ferramenta (Silva; Costa, 2018, p. 28).

Durante os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, momento em que as crianças estão em pleno desenvolvimento, construindo suas personalidades e se preparando para se tornarem participantes ativas na sociedade, tanto social quanto politicamente, a identificação com questões étnico-raciais se torna crucial, especialmente diante do constante contato, seja por meio de notícias ou experiências pessoais, com práticas de racismo, preconceito e discriminação, perpetuadas tanto por adultos quanto por crianças. São rituais pedagógicos que interferem na formação educativa.

Djamila Ribeiro, demonstra como esses rituais pedagógicos podem afetar a identidade da criança e sua visão de mundo:

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin. O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava-palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem (Ribeiro, 2019, p.7)

Assim, existe a necessidade de práticas pedagógicas por parte dos professores, especialmente nas escolas do Ensino Fundamental que compõem os Anos Iniciais da educação, que promovam o ensino da história e cultura afro-brasileira. Com o objetivo de reduzir a incidência de situações de discriminação, preconceito e racismo nas salas de aula. Reconhecer as práticas racistas a fim de combatê-las, e ao mesmo tempo desenvolver abordagens voltadas para a educação das relações étnico-raciais, proporcionando conhecimento e contribuindo para o enfrentamento do racismo.

Abordar as relações raciais nesse período é essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e respeitosos em relação à diversidade. Nesse sentido, é importante promover a representatividade, assegurando que as crianças se enxerguem nas atividades e materiais didáticos, como livros, jogos, brinquedos e imagens, que evidenciem a riqueza étnica e cultural. Estimular a comunicação é igualmente importante, criando um ambiente propício para que as crianças possam dialogar e esclarecer dúvidas sobre as diferenças étnicas e raciais. O diálogo deve ser encorajado, e as perguntas devem ser respondidas de maneira clara e objetiva. Além disso, trabalhar a autoestima é essencial para que as crianças se sintam valorizadas e aceitas independentemente da cor da pele. Atividades que celebram a diversidade e incentivam o respeito às diferenças são formas eficazes de fortalecer a autoestima nesse contexto.

É importante também que as crianças adquiram conhecimento e apreciem as diversas culturas, religiões e tradições. As atividades podem envolver aspectos como culinária, música, dança e narrativas de diferentes povos. Fomentar a empatia é igualmente crucial, capacitando as crianças a compreenderem a importância de se colocar no lugar do outro e respeitar as diferenças. Nesse contexto, as atividades podem incluir a leitura de histórias que abordem o tema da empatia, assim como diálogos sobre as emoções e sentimentos dos personagens. Além disso, promover a inclusão,

Revista Interdisciplinar

criando um ambiente acolhedor e valorizador para todas as crianças. As atividades devem incentivar a cooperação, o respeito e a amizade entre as crianças, independentemente de sua cor de pele ou origem cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem materialista histórica e dialética vê a história como um processo contínuo de mudança impulsionado por contradições e conflitos sociais. No contexto da história do povo negro no Brasil, a escravidão é vista como central, fundamentada na exploração econômica e na dominação racial. Após a abolição em 1888, o racismo persistiu em diversas formas, levando à exclusão social, discriminação no mercado de trabalho e restrições ao acesso à educação e saúde para a comunidade negra. A escravidão foi crucial para a acumulação de capital e a formação da sociedade brasileira, beneficiando uma elite branca dominante.

A resistência política e a falta de vontade de promover mudanças no sistema educacional são barreiras significativas para a implementação da educação antirracista. O racismo institucional na sociedade dificulta a adoção de políticas eficazes, juntamente com a falta de preparo de muitos professores e as condições sociais desfavoráveis, que também dificultam uma educação direcionada aos alunos negros.

Embora haja avanços no reconhecimento dos direitos dos afro-brasileiros, como leis que promovem o ensino da cultura negra e políticas afirmativas, ainda persistem desigualdades estruturais que restringem as oportunidades e mantém a perpetuação do racismo.

A análise materialista evidencia que o racismo no Brasil transcende a esfera individual, sendo, na verdade, uma questão estrutural enraizada nas relações de poder e na construção histórica da sociedade brasileira. Para superar o racismo e promover a igualdade racial, torna-se fundamental confrontar essas estruturas, dismantelar estereótipos e trabalhar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Isso implica a implementação de políticas públicas, a promoção da educação antirracista, o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira, bem como a luta contra o racismo institucional. Para que a educação desempenhe efetivamente seu papel como prática social, é essencial refletir sobre o processo de formação docente e examinar como as teorias e práticas se entrelaçam nas formações e se concretizam nas práticas educativas.

Revista Interdisciplinar

Não basta a educação falar sobre racismo, ela deve ser também antirracista, desempenhando um papel crucial na promoção do entendimento das questões étnico-raciais. Isso inclui trabalhar a identidade dos professores, transformar a consciência por meio do conhecimento e da análise crítica, e capacitar para compreender a cultura do outro. É necessário que alunos, professores, pais e a escola como um todo se empenhem em compreender as causas e consequências do combate ao racismo, a fim de abordar o assunto de forma mais ampla e consciente.

Práticas pedagógicas antirracistas são essenciais para combater o racismo, a discriminação e o preconceito no ambiente escolar. Ao valorizar a contribuição dos negros para a sociedade brasileira e promover o respeito pela diversidade, essas práticas desempenham um papel fundamental na construção de um mundo mais justo e igualitário. Apesar dos desafios, as práticas relacionadas à educação das relações étnico-raciais estão se institucionalizando e contribuindo para um mundo mais humano e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer n.º 003/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARNEIRO, S. **O mito da democracia racial**. In: LAMOUNIER, B. Brasil e África do Sul: uma comparação. São Paulo, Brasil: Idesp Editora Sumaré, 1996.

DAVIDÓV, V. V. **La enseñanza escola y el desarrollo psíquico**. Moscou: Editora Progreso, 1988.

**Revista Interdisciplinar**

FARIAS, C. C. G.; LINS, M. R. F.; BRIÃO, G. F. Educação antirracista: um convite à insubordinação criativa. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 88–110, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1018>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRANCISCO JR., W. E. **Opressores-oprimidos**: um diálogo para além da questão étnico-racial. *Química Nova na Escola*, São Paulo, n. 26, p. 10-2, 2007.

GONÇALVES, L. A. Negros e educação no Brasil. *In*: LOPES, E. M. et al. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

GUIMARÃES, C. A. S. Racismo: política, poder e dominação. **Coletiva**, Recife, n. 28, mai.jun.jul.ago 2020. Disponível em <https://www.coletiva.org/dossie-racismo-n28-artigo-politica-poder-e-dominacao>. Acesso em: 19 nov. 2023.

IANNI, O. Escravidão e capitalismo. *In*: IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROBINSON, C. J. **Black Marxism**: the making of the black radical tradition. EUA: University of North Carolina Press, 2000.

SILVA, Andressa Queiroz da; COSTA, Rosilene Silva da. Educação Antirracista é educação transformadora: uma análise da efetividade da lei nº 10.639/03. **Em favor de Igualdade Racial**. v. 1, nº 1, p. 17-35, fevereiro/julho, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/1993/1164>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA. A.; SILVA, A. C. **Crimes de Racismo**: teoria e prática. São Paulo Editora Mizuno, 2020.

